

Direito Administrativo — 2º ano / 1ª Turma

1ª frequência — 13.02.06

I. Relacione os conceitos de apenas três das seguintes alíneas: (6 valores)

- a) Estado de direito liberal com princípio da separação de poderes; ✓
- b) Sistema de administração executiva com tribunais administrativos; ✓
- c) Discricionaridade com conceitos imprecisos; ✓
- d) Autoridades administrativas reguladoras com sanção administrativa.

II. Comente, dizendo se concorda, apenas duas das seguintes afirmações: (6 valores)

- 1. "Ao longo da sua história, a Administração tem adoptado atitudes diferentes para com a Sociedade, alternando, ainda que com registos diferentes, entre o intervencionismo e o abstencionismo".
- 2. "A desconcentração de competências pode ocorrer por vontade do legislador ou da Administração; neste último caso, a vontade exprime-se através do acto de delegação, pelo qual um órgão cede determinadas competências a outro órgão, a ele ligado por um vínculo hierárquico, que passa a exercê-las com total autonomia".
- 3. "O facto de as Administrações autónomas serem expressão de um fenómeno de auto-administração de interesses próprios explica a limitação dos poderes do Governo, que se resumem à mera tutela da legalidade, de conteúdo inspectivo".

III. (3+3+2 valores)

Suponha que o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, alertado para a ausência de legislação em matéria de transporte colectivo de crianças (TCC), aprova uma portaria em que estabelece as regras do TCC, de que se destacam a obrigatoriedade do uso de cintos de segurança a passageiros menores de 16 anos, a presença de, pelo menos, um vigilante em cada veículo afecto ao TCC, bem como o quadro contra-ordenacional a que ficam sujeitos os operadores de TCC.

- 1. Qualifique juridicamente o diploma e refira-se ao seu objecto, âmbito de aplicação, eficácia, incluindo o modo de projecção dos seus efeitos.
- 2. Aprecie o diploma sob o ponto de vista da sua relação com a lei e pronuncie-se sobre a sua validade substancial e formal.
- 3. Suponha que a Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Passageiros (ANTROP), preocupada com os custos inerentes à adequação dos autocarros existentes, pretende impugnar a portaria com fundamento em não ter sido auscultada no respectivo procedimento. Assistir-lhe-á razão?